

Parcerias e Fundos Públicos

Nesta Edição:

**O Governo FHC:
nem brincando,
nem enganando**

por Plínio de Arruda Sampaio

**Colaboraram neste
número:**

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Conceição Paludo

Magnólia Said

Cândido Grzybowski

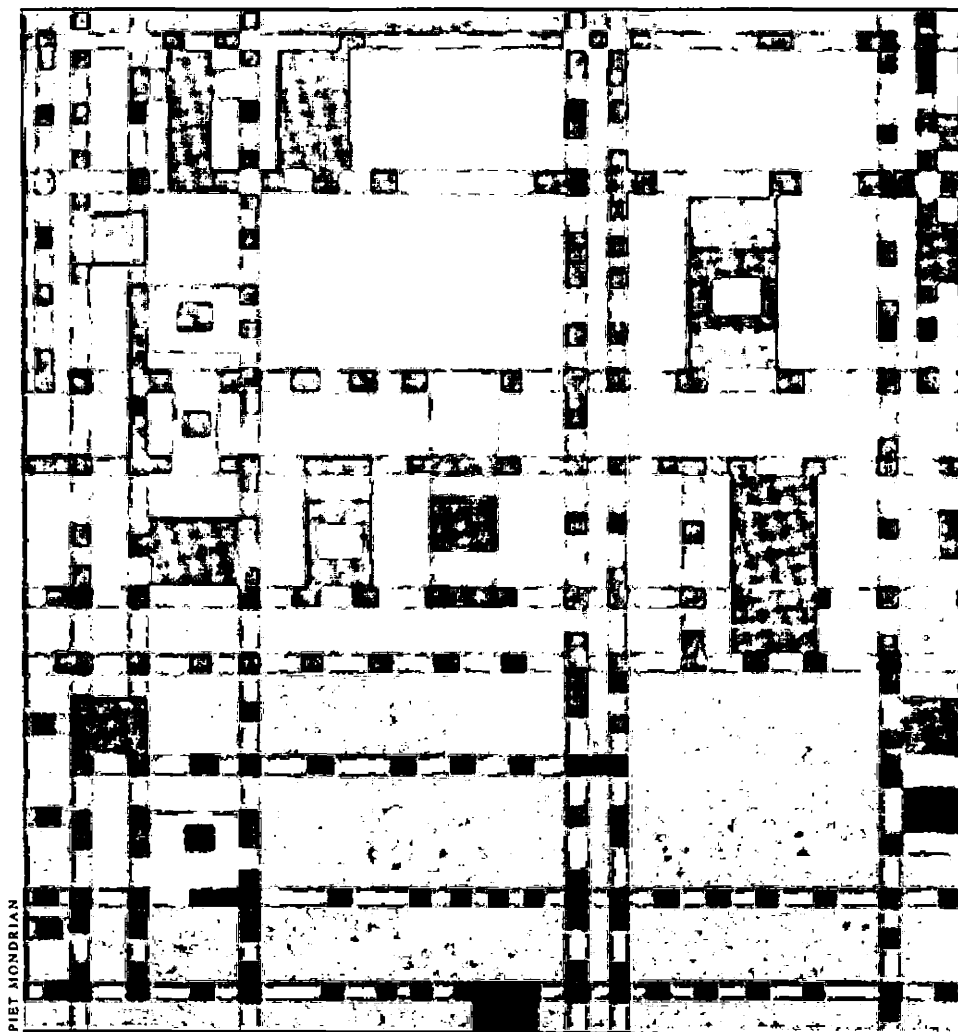
Fórum Paulista das ONGs

Vandealdo Nogueira

Cristiano Donato

Sonia Wright

Silvio Caccia Bava



PIET MONDRIAN

INICIA-SE O DEBATE

SILVIO CACCIA BAVA

Os Fax ABONG cumpriram seu papel. Não só informaram a todos sobre o andamento das negociações com o Governo, como estimularam o debate sobre o tema "Parcerias e Fundos Públicos". Para muitas das questões colocadas pelos artigos deste número do *Jornal da ABONG* eu pessoalmente não tenho respostas. Mas acredito que coletivamente encontraremos o melhor caminho para enfrentar esses novos desafios da conjuntura. Neste sentido, quero reforçar a idéia de que o papel da nossa associação é estimular a formulação de consensos entre nós e expressá-los no espaço público junto aos nossos interlocutores. Ir além disso seria exorbitar do mandato de representação que as ONGs nos deram. Quero agradecer as contribuições de todos que nos escreveram, especialmente da Magnólia, da Conceição, do Cândido, do Jorge Eduardo, do Fórum Abong-Pernambuco e do Vando, do Fórum Paulista de ONGs. Elas dão as condições para que esse debate aconteça.

Mas não ter respostas não significa que não tenho opiniões. E quero expressá-las para me integrar ao debate que agora se inicia. Acho que se nos pusermos de acordo em torno de alguns pontos poderemos avançar nas nossas posições e na definição das relações com o Governo. Os pontos são os seguintes:

1. As ONGs filiadas à ABONG tem como elementos de sua identidade um compromisso ético e político com a construção da cidadania e da democracia e entendem que sua autonomia é condição essencial para a realização destes compromissos.
2. As ONGs filiadas à ABONG são entidades que defendem o interesse público, particularmente os interesses dos amplos setores sociais privados dos seus direitos. Para a defesa do interesse público, as ONGs têm direito ao acesso a fundos públicos.
3. As ONGs filiadas à ABONG, como atores sociais emergentes no cenário político nacional, têm a necessidade de estabelecer o diálogo e a negociação, seja com o Governo em suas distintas instâncias, seja com as demais entidades da sociedade civil.
4. As ONGs filiadas à ABONG, para exercerem a luta pela ampliação dos direitos de cidadania, têm de desenvolver sua capacidade analítica e

propositiva para disputar, nos espaços públicos de negociação e na formação da opinião pública nacional, opções concretas no campo das políticas públicas e da ação do Estado.

Se estes pontos se constituírem em consensos entre nós, poderemos avançar na identificação das nossas oportunidades de intervenção na atual conjuntura. Isso porque não podemos desconhecer, como bem apontaram vários colegas, a postura política anti-social e autoritária do Governo FHC.

Vários episódios exemplificam o autoritarismo, mas o tratamento dado à greve dos petroleiros basta para entendermos a disposição do Governo em tratar com pressões populares, com os movimentos sociais e as entidades de representação dos interesses que não estão contemplados na coalizão do Governo. Os "ruralistas" certamente tiveram um tratamento mais "democrático", quando marcharam sobre Brasília e viram atendidas suas reivindicações.

Por que anti-social? Porque o Governo abandona cada vez mais o papel de garantir o bem-estar dos brasileiros, especialmente dos mais pobres. Os números do orçamento federal falam por si: de 1994 para 1995 houve uma queda de 49,5% dos recursos para a área de saúde e de 35,4% para a área de educação (considerados como % do produto interno bruto), como aponta estudo de Ib Teixeira na *Revista Conjuntura Econômica* de julho. Porque, depois de analisar com atenção os passos dados até agora pelo Programa Comunidade Solidária, estou cada vez mais inclinado a considerar que ele não irá aliviar pobreza alguma. Ele concentra o atendimento das necessidades dos mais carentes em algumas cidades, retirando dos demais os poucos recursos já alocados para programas sociais no âmbito dos ministérios.

Mas se o cenário desta conjuntura é assim, autoritário e anti-social, e se a nossa identidade e compromisso é com a democracia e a qualidade de vida de todos os brasileiros, como deve ser a nossa relação com o Governo Federal?

Creio que devemos pressioná-lo a modificar suas políticas, a considerar a questão social mais importante que a estabilização econômica, a reconhecer como direitos sociais universais a

saúde, a educação, o trabalho, o salário. Devemos também lutar para o nosso reconhecimento como atores em defesa do interesse público e com o direito de acesso aos fundos públicos. Não se trata de aceitar um processo de cooptação, trata-se de lutar pelo reconhecimento da importância e da necessidade de nosso trabalho.

Nas negociações que realizamos com os ministérios da Educação e do Trabalho, como vocês sabem, o que conseguimos foi que as ONGs pudessem apresentar seus projetos e estes fossem tratados com prioridade. Mas os projetos que forem apresentados serão elaborados pelas ONGs, por sua iniciativa e segundo seus critérios, sem qualquer interferência do Governo. No meu entender nenhum de nós pretende abrir mão da autonomia de nossas entidades.

Por fim, estamos também frente ao desafio de como tratar a questão do Programa Comunidade Solidária. Um problema complexo. Eu não sou contra a distribuição de mantimentos a pessoas famintas. Ou ao reforço da merenda escolar onde isso for feito. Tenho denunciado publicamente o risco do uso clientelista e instrumental desse programa, tendo como meta influenciar nas eleições de 96. E há exemplos - como no Estado do Amapá - onde a pressão da sociedade civil permitiu a criação de um conselho gestor do Programa com caráter deliberativo e com a participação das entidades de representação dos interesses populares. A própria coordenação nacional executiva do Programa indica uma disposição de negociar mudanças no projeto. Acho que temos que estabelecer o diálogo tanto com os dirigentes executivos do CS como com seu Conselho Consultivo e defender junto a eles uma proposta nossa. Não podemos mais simplesmente criticar. Temos que produzir uma proposta para defender.

Apenas um último esclarecimento: não existe qualquer fórum de diálogo estabelecido com o Programa Comunidade Solidária. E ainda aguardamos as consequências práticas da carta-resposta do assessor especial da Presidência da República, Prof. Vilmar Faria. ■

Silvio Caccia Bava é sociólogo e presidente da ABONG.

Jornal da ABONG é uma publicação bimestral da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Endereço: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 684, Itaim, São Paulo - SP. CEP: 04530-001. Tel: (011) 829-9102; Telefax: (011) 822-6604. E. mail: abong@ax.apc.org.

Diretoria Executiva da ABONG: Silvio Caccia Bava (presidente), Maria Emilia Lisboa Pacheco (secretária), Sérgio Haddad (tesoureiro), Benno Asselburg, Magnólia Said, Maria Irony Bezerra, Sônia Correa, Vandevaldo Nogueira

Equipe do Jornal: José Tadeu Arantes (editor), Sérgio Gonzales (projeto gráfico), Lucia Silveira

da Motta (editoração eletrônica), Iune Taça Tamoto (secretária).

Impressão: Gráfica e Editora Peres Ltda. Tiragem: 3.000 exemplares

É encorajada a reprodução total ou parcial dos artigos desta publicação, desde que citada a fonte.

Nem brincando, nem enganando

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

Quem quiser entender o Governo FHC precisa entender, primeiro, em que consiste a globalização da economia. Em seguida, saber quais as forças que estão controlando esse processo. E, logo, a direção do movimento que essas forças estão impulsionando.

Globalização é o processo de unificação de todos os mercados do mundo. O comando desse processo é objeto de complexas relações entre os Estados dos países desenvolvidos e as grandes corporações transnacionais. O movimento resultante dessas relações, nas quais cooperação e confronto se entremeiam, consiste na redefinição da divisão internacional do trabalho.

Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Club de Paris, Comitê Assessor da Dívida Externa e a recém criada OCM (Organização do Comércio Mundial) formam a constelação dos órgãos encarregados de executar as decisões daqueles centros de poder. Sua tarefa consiste em enquadrar os países subdesenvolvidos nesse novo esquema de divisão internacional do trabalho. O objetivo é o de assegurar, aos países desenvolvidos, o controle do mercado dos produtos mais modernos, resultantes dos avanços tecnológicos da terceira Revolução Industrial, deixando, aos países subdesenvolvidos, os produtos de tecnologia já difundida. Como os primeiros têm uma rentabilidade muito superior à dos segundos, o quadro de dominação atual (norte-sul) permanecerá sem alterações no mundo globalizado.

Esse é o projeto (deles).

A receita que passam aos países subdesenvolvidos, para que o projeto dê certo, é conhecida como o "Consenso de Washington". Consiste em reestruturar as

economias desses países, a fim de que possam articular-se subordinadamente ao funcionamento do mercado internacional e das empresas transnacionais. Essa reestruturação abrange duas dimensões: estabilização monetária e reajuste estrutural.

Estabilização consiste em eliminar a inflação e todos os fatores inflacionários incrustados nas economias dos países subdesenvolvidos em todo o pós-guerra, a fim de criar um ambiente estável, que

até hoje organizados, ainda que precariamente, como economias nacionais.

No segundo caso, propõe-se a desregulamentação das atividades econômicas e a privatização e terceirização de atividades que hoje correspondem ao Estado. Levadas aos extremos preconizados pelos teóricos do modelo e pelas "missões de assistência técnica" das instituições financeiras credoras, essas recomendações reduzirão os Estados dos países subdesenvolvidos a uma situação de total impotência para regular a ação das transnacionais.

Tanto o projeto neoliberal como as receitas do Consenso de Washington vêm sendo elaborados e implantados em nosso país - com variações que não alteram sua essência - desde os anos oitenta. Pressões de fora e pressões de dentro começaram desde essa época a estimular, sob a consigna sedutora da "modernização", a introdução desse modelo de recolonização do país.

Tratava-se para as forças "modernizantes" de desmontar o Estado nacional-desenvolvimentista, herdado da Era Vargas, e substituí-lo por um Estado liberal. Ou seja, substituir o esgotado modelo cepalino da industrialização por substituição de importações por um modelo de economia exportadora, completamente aberta ao capital transnacional.

Movimentos nessa direção fizeram-se sentir nos Governos Figueiredo e Sarney. Mas não foram capazes de unificar o bloco das classes dominantes. Só com a eleição de Collor, vieram a tomar corpo plenamente, passando a constituir uma consigna política unificadora, fundamentada em bases ideológicas e programáticas definidas. Aí começou a



HARALD DUVE: FESTA DE FAMÍLIA.

favorecerá o cálculo econômico, as transações financeiras e o planejamento das corporações transnacionais em âmbito planetário.

O reajuste estrutural visa dois objetivos principais: transformar as economias dos países subdesenvolvidos em espaços absolutamente livres para a concorrência das corporações transnacionais; e reduzir drasticamente o poder de intervenção do Estado nessas economias.

No primeiro caso, as políticas são a liberalização do comércio externo e das aplicações de capital, ou seja, a eliminação de quaisquer restrições à livre circulação de produtos e de capitais nos espaços econômicos dos países subdesenvolvidos,

fase selvagem do desmonte do projeto de construção do Estado nacional brasileiro. Em menos de dois anos, aquele Governo conseguiu destruir instituições cruciais para o desenvolvimento nacional, construídas, desde os anos trinta, com um enorme sacrifício do povo.

Mas Collor, na precipitação de liberalizar o país de um só golpe (com uma única bala, como costumava jactar-se) e sem a sustentação da comunidade financeira internacional que se requer para realizar essa política sem agravar demasiadamente a situação social e a política interna, desatou pressões que não conseguiu controlar. As mesmas forças que o colocaram no poder - como a rede Globo, por exemplo - uniram-se à oposição para derrubá-lo.

O *impeachment* deixou a direita órfã e profundamente atemorizada, pois o candidato das esquerdas - Luis Inácio Lula da Silva - que, nas eleições presidenciais de 1989, havia sido derrotado pela escassa diferença de 2% dos votos, despontava como favorito disparado nas eleições de 1994.

Nesse clima, nasceu e forjou-se a candidatura FHC. A direita precisava de uma figura política para derrotar Lula e sabia não dispor, em suas fileiras, de nenhum nome com essa capacidade. Só lhe restava procurar, entre as forças de centro, um candidato confiável. FHC, por seu lado, precisava de um atalho para chegar ao poder. Ambos encontraram-se no estranho Governo Itamar.

FHC é um político com um passado de esquerda - que muitos preferem ver como uma posição, na verdade, mais modernizante que propriamente socialista ou marxista. Mas tenha sido socialista ou meramente modernizante, o fato é que, há muitos anos, ele está evoluindo para uma posição "pragmática" - uma posição política sem compromissos ideológicos ou programáticos. A atitude realista de quem sabe que a "política é a arte do possível". E o possível, para FHC, não pode ser mais do que aquilo que o Brasil é. A conclusão lógica desse raciocínio é a de que, se a realidade do poder no país for ACM, a ordem é ir para o poder com ACM. Foi o que ele fez. Uma trajetória lenta, cautelosa, cheia de ambigüidades e ambivalências, mas que, vista à distância, revela-se bastante coerente com o propósito que a informou e inspirou todo o tempo.

Num debate entre intelectuais de esquerda, alguém disse que FHC havia feito três apostas: primeira, o Brasil tem condições de encontrar uma brecha no novo esquema de divisão internacional do trabalho, para ingressar em um novo ciclo longo de crescimento; segunda, com o apoio da direita é possível aproveitar essa brecha; e, terceira, se as duas apostas anteriores forem corretas e se instalar um novo ciclo de crescimento econômico, ninguém

FHC acha que o Brasil tem condições de montar um ciclo longo de crescimento com base em investimentos estrangeiros.

perguntará quem é de direita e quem é de esquerda. O sucesso criará uma situação política completamente nova no país.

As probabilidades de erro ou de acerto dessas apostas escapam ao âmbito deste artigo. Mas o exame delas ajuda a fixar a natureza e os rumos da política que FHC está adotando.

Vários analistas levantam a tese de que FHC fez uma aliança meramente tática com o PFL e que, uma vez no Governo, procurará implantar uma política social-democrata. Alguns ingênuos - na esquerda e até no PT - chegaram a acreditar que conviria em razão disso participar do

seu Governo, a fim de pressionar nesse sentido e impedir que ele caia nos braços de ACM! Tremendo engano. Não é esta a aposta de FHC. Ele está empenhado em aplicar decididamente a política neoliberal anteriormente esboçada. Quem viu a truculência do seu Governo na greve dos petroleiros não pode abrigar dúvida alguma a esse respeito. FHC está convencido que, ao contrário do México e da Argentina, o Brasil tem condições objetivas de montar um ciclo longo de crescimento na base da abertura comercial, do incremento das exportações e da entrada maciça de investimentos estrangeiros. Não por outra razão foi tão enfático ao conclamar os empresários norte-americanos a investir no Brasil, em sua última visita aos Estados Unidos: "Venham, o Brasil os receberá de braços abertos".

FHC está falando sério quando afirma que o êxito do seu Governo significará o fim da Era Vargas.

O que foi a Era Vargas? Se definirmos economia nacional, nos termos em que Fernand Braudel o fez - "um espaço transformado, pelo Estado, em espaço econômico unificado" - veremos que a Era Vargas foi o primeiro projeto histórico deliberado e conseqüente de construção de um Estado nacional e de uma economia nacional no Brasil. Como todo projeto dessa natureza, o projeto da nação brasileira tem custos que não se ajustam à



lógica imediatista do mercado. São custos que o Estado, com seu poder de intervenção na economia, impõe aos agentes econômicos para garantir a autonomia dos centros de decisão nacionais, a unidade política da nação, a integração dos vários segmentos sociais no consumo, a construção de um mercado nacional integrado.

Isso é tudo o que os comandantes da globalização proíbem. Quando FHC afirma enfaticamente que seu Governo marcará o fim da Era Vargas, está enviando uma clara mensagem a esses centros decisórios internacionais a respeito da natureza e do rumos do seu Governo. Está dizendo que seu Governo não será um Governo social-democrata, nem um Governo nacionalista, a perseguir uma quimera de construção nacional. Nada disso, será um Governo liberal, empenhado em viabilizar o esquema de recolonização, desde que ele signifique um ciclo longo de crescimento econômico no Brasil: "Venham, que serão recebidos de braços abertos".

FHC vai fazer todo o esforço para transformar a aliança eleitoral PSDB-PFL num pacto orgânico do poder.

Essa mensagem é reiterada toda vez que o presidente e seus ministros investem contra o "custo Brasil". Em que consistem o "custo Brasil" senão no preço a pagar pela autonomia, pela unidade nacional, pela integração do mercado brasileiro e pela homogeneização social? Baratear o "custo Brasil", longe de ser apenas uma medida destinada a dar competitividade aos produtos brasileiros nos mercados internacionais, como apregoam os solícitos sicofantas que pululam na nossa imprensa, é uma consigna ideológica integrante da teologia neoliberal.

Por tudo isso, é preciso não se iludir. O Governo FHC está sendo e pretende ser o catalisador de um novo alinhamento das forças políticas do país. O esquema que se configurou durante a transição, situando PPR e PFL na direita; PMDB, no centro; PSDB, no centro-esquerda; PT, PDT e outras agremiações socialistas, na esquerda, foi completamente alterado na eleição de 1994.



Se alguma chance havia de conservar o PSDB no bloco centro - centro-esquerda - esquerda, formado nas lutas das Diretas e atuante na Constituinte e no segundo turno da eleição presidencial de 1989, essa chance foi perdida ao fracassarem alguns intentos de costurar uma aliança PT-PSDB para disputar as eleições presidenciais e estaduais de 1994. Vistos à distância - agora que os fatos revelaram posições que até então eram ambíguas - esses intentos, boas intenções à parte, estavam de antemão destinados ao fracasso, porque, já nessa época, com toda certeza, FHC estava tecendo os acordos básicos com as forças econômicas internas e externas que organizam e sustentam os partidos de direita.

Mas, se naquela época algum engano poderia justificar-se, hoje não há mais lugar nenhum para dúvida: FHC não se situa numa posição de centro-esquerda e vai fazer todo o esforço para transformar a aliança eleitoral PSDB-PFL num pacto orgânico do poder, capaz de sustentar uma reestruturação completa do Estado brasileiro. É possível que isso provoque rachaduras entre os tucanos e até que alguns deles se disponham a deixar o partido. Mas, quanto ao Governo, que ninguém se iluda, será um Governo de direita, no sentido estrito da palavra - um Governo que se empenhará em fazer as reformas que forem necessárias para

conservar as características básicas da estrutura social do país. Em outras palavras: para não alterar o sistema de dominação característico da sociedade brasileira. Demais seria dizer que isso ocorrerá sempre que as mudanças econômicas, sociais e políticas, por mais espetaculares que pareçam, implicarem unicamente alteração na posição de pessoas nos esquemas de poder, sem afetar a posição das classes sociais neles.

O Governo FHC parece destinado a cumprir a determinação do General Golberi: "a transição terá que ser lenta, gradual e segura".

Visto sob este ângulo, o Governo FHC, para surpresa de uns, alegria de outros e estarrecimento de terceiros, parece destinado a cumprir a determinação do General Golberi: "a transição terá que ser lenta, gradual e segura". Segura, na cabeça do General, queria dizer: sem representar qualquer risco de que o poder escape das mãos das elites tradicionais e se transfira para as mãos do povo. ■

Plínio de Arruda Sampaio é advogado, ex-professor da FGV e da PUC-SP e ex-deputado federal, tendo exercido a liderança da bancada do PT na Câmara.

O acesso das ONGs

JORGE EDUARDO SAAVEDRA DURAO

Para iniciarmos a abordagem desta questão de forma realista e com a devida atenção ao papel que as ONGs podem desempenhar no momento, precisamos reconhecer que não poderia haver "acaso histórico" mais adverso à preservação da capacidade das ONGs enfrentarem os desafios políticos do momento do que se virem confrontadas por uma crise financeira causada por um subproduto inesperado do Plano Real. Digo isto não por temer que a crise financeira possa comprometer a autonomia política das ONGs. Confio que,

O dinheiro público serve para "perdoar" as dívidas de latifundiários. Já o acesso das ONGs é objeto de ataque do *Jornal do Brasil*.

ao menos no tocante ao universo das associadas da ABONG, isso não acontecerá. Mas não podemos fugir à constatação de que a brutal perda de capacidade institucional das ONGs é bastante prejudicial à continuidade e ampliação de sua intervenção na esfera pública visando influir no destino das políticas públicas.

É importante também não esquecermos toda a reflexão que vem sendo feita nos últimos anos em torno do papel das ONGs na articulação de uma nova esfera pública no Brasil, com o reconhecimento do papel estratégico que podem ter entidades "de caráter não-governamental, não mercantil, não corporativo e não partidário, quando se transformam em sujeitos políticos autônomos" (1).

O papel das ONGs transcende em muito o impacto direto e os resultados concretos dos projetos e programas que elas desenvolvem, na medida que contribuem,

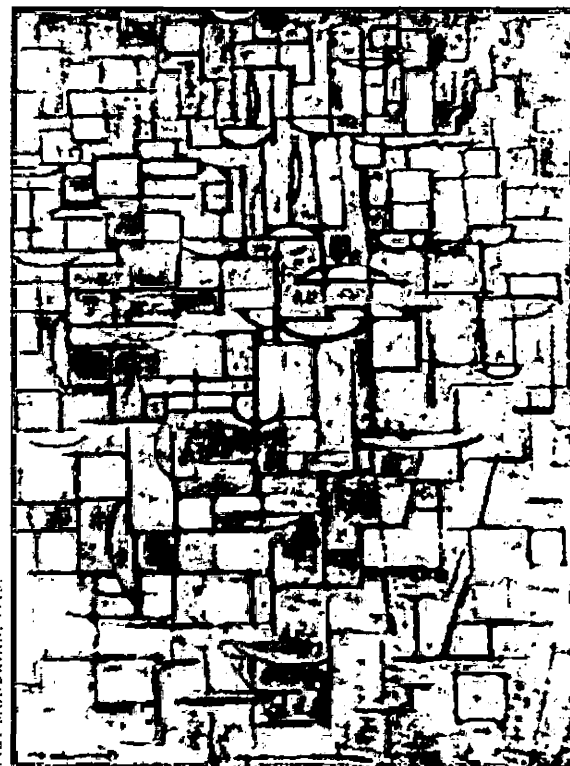
(1) FRANCO, Augusto de - *O papel estratégico das ONGs*, p.6, Instituto de Política, Brasília, julho de 1994.

(2) PEREIRA LEITE, Márcia de S. e ABREU, Haroldo - "Exclusão e miséria ou cidadania e justiça", in *Proposta*, n° 61, junho de 1994.

até exemplarmente, para a mudança das relações entre o Estado e a sociedade, entre o público e o privado, sobretudo pela contribuição que podem dar e têm dado para que os próprios movimentos populares superem os limites da (necessária) defesa de interesses econômicos particularistas e se constituam como atores não corporativos da definição e implementação das políticas públicas. De fato, nos últimos anos, há um dado, e dos mais promissores, para todos os que acreditam que o fortalecimento da esfera social-pública seja fundamental para a própria desprivatização e reforma democrática (e não neoliberal) do Estado: a crescente presença dos movimentos populares e sindical nos mais diversos espaços acessíveis (fóruns, conselhos, câmaras setoriais, tomando a iniciativa da proposição de leis, inclusive emendas populares, atuando junto ao Congresso Nacional etc.) para a sua atuação relativa às políticas públicas, superando a tradição de total exterioridade em relação ao Estado.

Ao mesmo tempo, não podemos ignorar que, sob a influência das idéias hegemônicas neoliberais (que emprestam ao processo objetivamente determinado da globalização uma direção política que privilegia brutalmente os segmentos mais fortes e parasitários do capital), disseminaram-se no campo popular idéias de um antiestatismo ingênuo, que leva a uma subestimação do papel imprescindível e central do Estado no pagamento da dívida social brasileira. Reconheço que esse "antiestatismo cidadão" encontra muitas justificativas na crise do Estado brasileiro, "colocando para a sociedade civil não só a possibilidade, mas também a necessidade de ação autônoma, em complementaridade ou em

oposição à ação e, em alguns casos, à inação estatais (2). Acredito que o movimento do pêndulo que leva à subestimação do papel do Estado no tocante à políticas sociais não impedirá que as forças engajadas na luta pela cidadania e contra a apartação social cheguem a um ponto de equilíbrio no equacionamento dessa complexa questão da relação entre Estado e sociedade no contexto histórico brasileiro.



PIET MONDRIAN, 1913.

No tocante à questão dos fundos públicos, o assunto não apenas me parece muito mais confuso, mas também deliberadamente confundido. As classes dominantes no Brasil, depois de se assenhorearem do Estado e dos fundos públicos num padrão de apropriação privada sem paralelos na História, agem aparentemente como quem chupou uma laranja e agora joga o bagaço fora, embora ainda haja um polpudo patrimônio público a ser transferido para os especuladores financeiros, cujos créditos o Governo se encarrega de engordar com sua política de

juros astronômicos, em nome da devolução ao Estado da sua (perdida?) capacidade de fazer face a suas obrigações para com os direitos sociais das maiorias. É espantoso o cinismo com que se embaralham as coisas ou simplesmente se omitem as questões relevantes. O dinheiro público pode servir hoje para "perdoar" as dívidas de latifundiários, agora batizados de ruralistas, como podia ser usado por Itamar Franco numa transferência bilionária aos empresários do setor açucareiro, mas é transferido a conta gotas (quando não inteiramente sonogado) aos pequenos produtores que se batem pelo acesso aos fundos constitucionais ou pela liberação para os assentamentos rurais.

Já o acesso das ONGs a fundos públicos é

saber que interesses privados são favorecidos. Num país como o nosso, nada mais justo do que políticas distributivas orientadas para favorecer segmentos excluídos e marginalizados da população. As políticas direcionadas para esses setores são sociais e públicas. Mas, além dessa obviedade, que eu lamento ter que repetir, é preciso reconhecer que, mesmo entre interesses puramente privados, é muito diferente saber que os fundos públicos estão ajudando a reerguer, por exemplo, a construção naval no Rio de Janeiro - e, assim, devolvendo uma pequena parcela dos empregos tomados aos metalúrgicos do estado -, ou sendo embolsados pelo setor financeiro.

Por tudo isso, não tenho a menor dúvida de que as ONGs, cuja finalidade é e deve ser pública, devem ter acesso a fundos públicos como ocorre em todos os países em que o capitalismo se tornou mais civilizado, através dos controles impostos ao mercado e do Estado de bem estar social. A ABONG, desde o Governo Collor, tomou uma posição clara nesse sentido, tendo participado do debate sobre os fundos da assistência social, com uma posição clara de exigir o acesso das ONGs a esses fundos - entre outros -, desde que assegurada, de maneira geral, as condições de publicidade e transparência para o acesso aos mesmos. É de se lembrar, aliás, a dificuldade que tivemos para fazer chegar as nossas posições à opinião pública, o que conseguimos só em parte, colocados que fomos, muitas vezes, no

mesmo balaio que entidades filantrópicas ou "pilantrópicas".

No momento, a questão do acesso das ONGs aos fundos públicos se mescla com a questão tão ou mais relevante das parcerias entre Governo(s) e ONGs. É importante que disto não resulte nem uma confusão analítica nem a confusão entre os interesses institucionais das ONGs, em sentido estrito, e os interesses públicos (no lamentável sentido de subordinação dos últimos aos primeiros). Tenho acompanhado de perto as gestões

desenvolvidas pela ABONG e estou certo de que ela está vigilante para que isso não aconteça.

Acredito que partamos de um consenso básico com relação à legitimidade de parcerias entre ONGs e Estado. Pois o enfrentamento do desafio das políticas públicas por parte de ONGs e movimentos sociais passa também eventualmente pela implementação de políticas por ONGs numa lógica de complementaridade da ação governamental e de instituições privadas. A questão central a meu ver diz respeito ao modo de fazer isso. As ONGs não podem aceitar a redução da sua participação no campo das políticas públicas a um papel meramente instrumental.

As ONGs precisam ocupar todos os espaços para participar da definição de políticas públicas, dialogando, pressionando, denunciando se for o caso.

As ONGs precisam ocupar todos os espaços ao seu alcance para participar da definição de políticas públicas, dialogando, pressionando, denunciando se for o caso. O Programa Comunidade Solidária é um deles, mas não o único - basta ver a importante questão do financiamento da saúde, que passa por fora dele, ou as questões urbanas que esbarram na férrea vontade do ministro Serra e foram levadas para o novo conselho nacional que trata da questão. O espaço do Comunidade é relevante por ter sido elegido pelo Governo para a coordenação de suas parcerias com a sociedade civil. No entanto, para mim, a grande questão que lhe diz respeito - e terá que ficar para outro artigo - é a seguinte: qual o significado do desenho desse programa, com sua lógica de priorização e integração de ações de vários ministérios, estados e prefeituras, num quadro de falta de recursos orçamentários para o social, face a exigência de um enfoque universalista das políticas sociais que tem sido uma orientação constante das ONGs? ■

Jorge Eduardo Saavedra Durão é advogado, diretor executivo da FASE, ex-presidente e atual suplente do Conselho Fiscal da ABONG.



PIET MONDRIAN, 1921.

objeto de acintoso ataque do Jornal do Brasil, em recente editorial (19/6/95) intitulado "Ser ou não ser", onde se despejam sobre elas ataques que têm o mérito de deixar clara a posição de fundo dos editorialistas, que é o monopólio dos fundos públicos pelos interesses privados dominantes.

Não vejo como duvidar que todo e qualquer dispêndio de recursos públicos favorece interesses privados. A primeira questão importante é saber se os favorece também ou exclusivamente. A segunda é

“Devagar com o andor que o santo é de barro”

CONCEIÇÃO PALUDO

Após ler os fax enviados pela ABONG relatando a discussão e os encaminhamentos das reuniões realizadas, nos dias 1º e 5 de junho, com representantes do Governo Federal, resolvi, antes de entrar na discussão sobre a relação das ONGs com os fundos públicos, escrever sobre um outro assunto que considero pertinente e que merece uma reflexão por parte do conjunto da ABONG. Assim sendo...

Nos dias 26 e 27 de maio, a Direção da ABONG esteve reunida (Executiva e Representantes Regionais). Após saber da intenção do Governo Federal no sentido das ONGs participarem do Comunidade Solidária e constituírem, juntamente com representantes do Governo, um fórum de diálogo permanente, a Direção decidiu constituir um grupo de trabalho de ONGs, portanto autônomo, com a finalidade de chegar a uma posição do conjunto, ou pelo menos da maior parte da ABONG sobre o assunto, chegando, se fosse o caso, à elaboração de propostas concretas.

Diante deste fato, levanto os seguintes questionamentos:

- 1) Por que a Executiva da ABONG tomou uma decisão contrária à da Direção, sem ao menos comunicá-la?
- 2) Já existia um compromisso da Executiva da ABONG de constituir o fórum de diálogo com o Governo anterior à reunião da Direção? Se existia, por que não foi colocado claramente na reunião da Direção?
- 3) Com quem as propostas apresentadas ao Governo foram discutidas? A Executiva formulou as propostas? Fez isso por fax? Por telefone? Realizou uma reunião extraordinária?
- 4) Por que os membros da Executiva, fora o Silvio e o Vandevaldo, ou da Direção não participaram da reunião? Não foram convocados, ou foram, mas não puderam participar?
- 5) Que instância deu delegação aos que representaram a ABONG, junto com Silvio e Vandevaldo da Executiva, no fórum de diálogo com o Governo Federal?

6) Existem, por acaso, duas direções e duas executivas da ABONG? Uma, eleita em Assembléia pelo conjunto das filiadas, e outra, constituída por caminhos que desconheço? Qual das duas responderá perante a Assembléia Geral da ABONG?

7) Por que tanta pressa? Por que a Executiva não encaminhou a decisão tomada pela Direção? Não era esse o processo que deveria ter sido agilizado?

Na próxima reunião da Direção da ABONG, a ser realizada em agosto, teremos que responder a estas questões. Será, certamente, uma reunião de ajuste dos ponteiros, tanto do ponto de vista político quanto metodológico.

Agora, sobre a relação das ONGs com os fundos públicos, é preciso antes discutir a relação Estado x ONGs e a relação atual Governo x ONGs. Em tese, penso que as ONGs podem dispor de recursos oriundos de fundos públicos para realizarem seus trabalhos, desde que prestem contas publicamente do uso feito dos recursos e dependendo dos critérios que regulam a relação com o Governo e garantindo-se a autonomia das ONGs (todos sabemos o que tem acontecido em muitos países da América Latina).

No entanto, na realidade brasileira atual isso fica quase inviável. Temos um Governo neoliberal de centro-direita, cuja intencionalidade e prática política caminham em direção oposta à intencionalidade e prática política das ONGs filiadas à ABONG. Existe uma oposição ao nível das atividades fins desses dois atores sociais. Se o Governo Federal fosse uma ONG e quisesse se filiar à ABONG, pelo critérios estatutários atuais, não conseguiria sua admissão. Não passaria pelo “crivo”.

O escrito acima não constitui novidade. Disso quase todas as ONGs filiadas à ABONG têm clareza. Sabemos que o projeto neoliberal, adepto do Estado mínimo, assumido pelo Governo Federal, segue a cartilha do FMI, é desarticulador e desagregador da sociedade civil, trata das políticas assistenciais em detrimento das políticas públicas, não é sério quando diz que está realizando reformas estruturais... Enfim, este Governo e seu projeto não

seguem o rumo da construção de uma sociedade mais democrática, igualitária e participativa, onde o “pão e o mel” e a liberdade sejam um direito por lei e vida concreta de cada cidadão brasileiro.

O próprio Governo tem claro sua política com relação às ONGs: avalia que as ONGs tem “capilaridade” - isto é, “têm capacidade de atuar na sociedade através de ações que chegam na ponta” - e por isso quer transformá-las em executoras da política social que ele, Governo, deveria fazer. Na verdade, quer neutralizá-las enquanto força social transformadora, cooptando-as e tornando-as, indiretamente, cabos eleitorais para 98.

O que faz o Governo? Coloca o primeiro escalão (ministros do Trabalho e da Educação e assessor especial da Presidência da República) a conversar com as “futuras parceiras”. Anuncia que os Ministérios (Educação e Trabalho) e os órgãos a ele ligados têm disponibilidade de recursos. Propõe as áreas de enquadramento dos projetos e solicita o estabelecimento de critérios técnicos claros de aprovação dos projetos. Define que os recursos não podem cobrir salários (as ONGs teriam que contratar monitores), esclarece as modalidades de repasse de verbas, diz que a gestão pensada a nível Federal pode ser reproduzida nos Estados e municípios e amarra tudo isso à participação das ONGs no Comunidade Solidária, o que é sua verdadeira intenção e principal objetivo.

O Governo encontra a ABONG sem acúmulo coletivo de discussão, sem política clara e minimamente hegemônica, pressionada pela situação financeira das ONGs e sem instrumentos de comunicação consistente com a sociedade civil.

Neste quadro, o terreno é fértil e favorável ao Governo! Propício para que fique nos “cozinhando”, seja elegante, deselegante, converse, não converse, quando quiser e bem entender.

Do meu ponto de vista, a primeira coisa a fazer é suspender as negociações e implementar, com o máximo de agilidade, a decisão da Direção da ABONG de 26 e 27 de maio. Esse processo constituirá a política da ABONG com relação aos fundos públicos e a relação com o próprio Governo. Do debate, a ABONG sairá fortalecida e com legitimidade para implementar o quer for decidido. ■

Conceição Paludo é professora, coordenadora geral do CAMP e representante da Região Sul na Direção da ABONG.

Consenso ou Consentimento?

MAGNOLIA SAID

O Governo FHC vem propor à ABONG um processo de diálogo, no sentido do estabelecimento de "novas formas de relação ONGs - Governo Federal".

A discussão não é nova. A partir dos anos 90, as ONGs vêm avaliando a sua relação com o Estado, apontando a necessidade de mudanças de uma postura que, por força da luta política da sociedade civil contra o regime autoritário, se mantinha de "costas para o Estado", em função de seu caráter autoritário e anti-social.

O processo de reabertura e ampliação dos espaços democráticos nos apontou a necessidade de dar visibilidade ao nosso pensar e agir, intervindo, pelos mais diferentes meios e formas, para a transformação e democratização do Estado, buscando uma relação, sem o comprometimento da defesa dos interesses dos diversos segmentos da sociedade civil, para os quais dirigíamos nossas ações, e da luta pela cidadania.

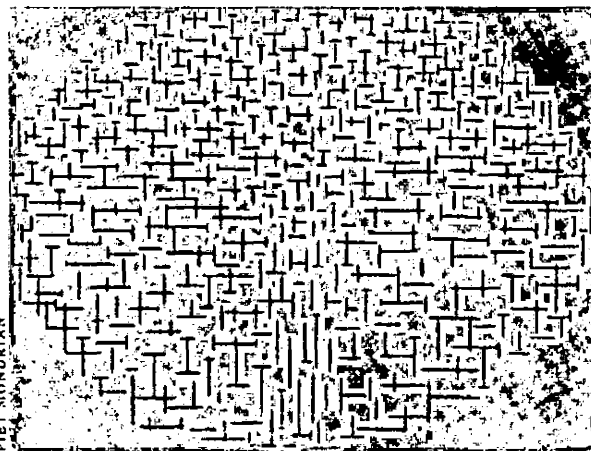
O diálogo iniciado foi, portanto, previsível, mas não podemos nos eximir da obrigação de assinalar questões que, necessariamente, deverão ser sujeito e objeto dos fundamentos das propostas governamentais e da posição da ABONG nesse processo.

Partimos do princípio de que o Estado é capaz de exercer uma política transformadora, desde que transparente e democrática em suas ações, colocando-se a serviço da sociedade e sob seu controle.

Se voltamos o olhar para as primeiras iniciativas do Governo FHC, no que diz respeito à relação com a sociedade civil (Consea, Ação da Cidadania, Comunidade Solidária), podemos observar que elas têm se caracterizado pelo autoritarismo, negação dos espaços de participação, concentração de poder, desrespeito às instâncias já estabelecidas e ausência de diálogo. Pouca coisa mudou no caráter do Estado: ele continua autoritário e anti-social. Mas, agora, com uma diferença: a busca de legitimação e

consentimentos por parte de um ator da sociedade civil - as ONGs, que, segundo a expressão de seus interlocutores, "através de suas ações, chegam na ponta", se aproximam do cidadão.

Dados oficiais revelam um país onde a falta de terra para os pequenos produtores, a indigência, o surgimento acelerado de favelas, a prostituição infantil e o trabalho



escravo, a violência, a morte por desnutrição, a corrupção e a degradação do meio ambiente apresentam trágicos indicadores de acentuação da exclusão social.

Nesse sentido, discutir parceria com o Governo FHC, sem aprofundar a proposta de desenvolvimento que está sendo viabilizada, coloca por terra a defesa das ONGs pela construção de um projeto de desenvolvimento que tenha como elemento fundamental a condição humana e as perspectivas de vida futura.

É preciso limpar o "meio de campo". Isso significa que a ABONG deve explicitar para o conjunto das suas associadas qual a sua posição com relação ao Governo FHC. Isso significa que a ABONG deve deixar claro para o Governo qual a sua proposta de desenvolvimento; sair da discussão meramente técnica e operacional da viabilização de parcerias para a discussão política. Definir qual o papel e a posição que as ONGs devem ter num projeto de desenvolvimento, estabelecendo a participação, enquanto fator determinante,

nas relações de parceria pretendidas pelo Governo FHC.

Mesmo reconhecendo o cuidado que a ABONG, na pessoa de seu presidente, tem tido nesse diálogo, é preciso chamar a atenção para algumas questões que aparecem nas informações que estão sendo veiculadas para a associadas.

O substrato dessa discussão, para a ABONG, deveria ser, inicialmente, sobre "fundos públicos: para que e para quem":

- de que forma e em que medida o Governo Federal utiliza os fundos públicos na execução de políticas sociais. Até que ponto uma "ajuda às ONGs" não estaria desobrigando o Governo de um investimento em políticas processuais e de longo prazo;
- qual o papel da Diretoria Executiva da ABONG nesse processo de diálogo;
- qual o espaço de discussão para a definição de propostas a serem encaminhadas ao Governo;

- qual é a nossa concepção de parceria; no que ela se aproxima da concepção do Governo, uma vez que os indicadores são bastante convincentes de que ao Governo não interessa uma parceria real com a sociedade organizada;

- cabendo à ABONG a definição de critérios para a apresentação de projetos, é preciso cuidar para não incorrerem no risco de seleção de projetos.

A forma e o método do diálogo já iniciado precisam ser revistos, mas temos o lugar e as instâncias já estabelecidas pela ABONG para essa discussão.

O "canto da serieia" já conhecemos, a "letra da música" pode ser mudada e posta em consenso, desde que sejamos transparentes e firmes na manutenção dos nossos princípios, na valorização e respeito ao compromisso ético que assumimos junto às nossas associadas. ■

Magnolia Said é advogada, diretora do ESPLAR e diretora da ABONG.

Cidadania, Autonomia e Parceria

CÂNDIDO GRZYBOWSKI

As grandes crises exigem grandes revisões e opções ousadas, mas nem sempre sabemos fazê-lo. E, o que é pior, são poucas as bases para saber, na crise, se estamos agindo corretamente. A crise atual das ONGs, além de profunda e ampla, parece marcar o fim de uma etapa e o prenúncio de outra. Não nos foi dada a escolha da melhor hora, do momento oportuno para mudar. Veio na forma de uma imposição, como um ajuste de fora para dentro. Desta vez, a política de estabilização, com o ajuste que traz embutido, deixou de ser predominantemente objeto de nossa crítica para ser também algo sentido na própria carne.

Nossa crise, porém, é pouca coisa no contexto em que vive o Brasil. Não cabe aqui uma tal análise, mas é evidente que as atenções, os debates, as principais forças e interesses se definem e articulam, no momento, em torno do novo poder estatal que se gesta no Brasil e da política econômica de corte neoliberal que o Governo FHC mantém a todo custo, sacrificando como nunca a tão fundamental - na nossa perspectiva de ONGs - política social.

Neste quadro de mudanças no país e de crise das ONGs, abre-se um novo tipo de diálogo com o Governo Federal, na perspectiva de parcerias e acesso a fundos públicos. O que isso significa? Para onde vai? Como devemos nos mover neste novo espaço?

Um primeiro aspecto a registrar é altamente positivo. Nossa crise virou notícia de jornal e chamou a atenção do Governo Federal. Aliás, para certa imprensa, já há algum tempo que somos motivo de preocupação e levamos mais pauladas do que reconhecimento. Em todo caso, tais fatos e a atual preocupação do Governo Federal revelam que já nos tornamos pelo menos atores a serem considerados. Ver reconhecida nossa cidadania no plano político-institucional brasileiro é um dos nossos objetivos estratégicos. Mas ainda temos muito caminho a andar e nem sabemos se nossos interlocutores aceitam a premissa.

Na verdade, ao nível da sociedade civil, conquistamos nosso espaço e somos reconhecidos nas áreas em que atuamos. Mais recentemente, vimos nossa identidade se expandir, criamos nossa ABONG, demonstramos nossa expertise em produzir e difundir conhecimentos relevantes, mobilizar e promover ações em torno de temas como ética e direitos humanos, fome e pobreza, participação

Se não somos governamentais, tampouco somos privados. Nosso grupo de ONGs é composto de entidades essencialmente públicas.

democrática, meio ambiente, tecnologias sustentáveis, educação e saúde, relações internacionais, modelos de desenvolvimento etc. Mas muitos ainda nos põem no mesmo saco de batatas onde, sob o rótulo genérico de não governamental, cabem entidades de igrejas, clubes e associações as mais diversas, fundações ligadas a empresas, creches, asilos, casas de saúde, escolas, além de um montão de organizações filantrópicas de fachada para acesso fácil a verbas públicas. Do ponto de vista legal e para as políticas governamentais, somos parte de uma espécie confusa e difusa, sem identidade própria.

Nunca é demais lembrar que, se não somos governamentais, tampouco somos privadas. Nosso grupo de ONGs - não sabemos ainda direito quantas, mas bem mais do que as 230 associadas à ABONG - é composto de entidades essencialmente públicas. Entidades de cidadãos em busca de objetivos que só a realização plena de um desenvolvimento sustentável e democrático justifica. A afirmação do que somos esteve encoberta pela nossa origem: em oposição, longe ou de costas para o Estado. Por não sermos Governo, mas exercendo papéis públicos, e ainda sem reconhecimento de nossa especificidade, construiu-se esse quase não ser chamado de organizações não governamentais.

Esse problema deve merecer prioridade na nossa relação com o Estado. Pela sua natureza, tal problema exige antes uma atuação, um diálogo na esfera parlamentar do que no Executivo. Precisamos que o Congresso brasileiro legisle, definindo direitos e deveres das organizações não governamentais, distinguindo umas organizações das outras, permitindo, assim, que apareçam todas com a sua cara específica, sem subterfúgios que dão margens a clientelismos e malversação do dinheiro público.

Bem, o diálogo atual abriu-se através dos canais executivos. Se realmente há boa vontade - e creio que haja bastante de ambos os lados - coloquemos esse ponto como central em nossa agenda de discussões e negociações. Mas isso não é tudo. Para avançar nas relações, precisamos de um claro sinal, ou melhor, um esclarecimento cabal das intenções do Governo FHC, que já nos chamou publicamente de neogovernamentais. Se o Governo nos considera como parte sua, não há espaço para diálogo e muito menos parceria. Parceria e diálogo supõem autonomia dos interlocutores parceiros. E nós queremos ainda mais autonomia, sempre mais, inclusive financeira (nosso calcanhar de Aquiles), exatamente para exercer nosso papel como organizações da sociedade civil: vigilância cívica, em particular do poder estatal e do sistema empresarial. Vigilância que implica em crítica independente, não submissa, não subserviente, mas que aponte valores e princípios para os cidadãos. Vigilância que também proponha alternativas possíveis, participe e se co-responsabilize por iniciativas que combatam a exclusão social e a destruição ambiental.

As organizações participantes da ABONG têm um compromisso com tudo o que é público: bem público, espaço público, gestão pública. Aí existe um terreno fecundo de relações com o Estado, particularmente com o Executivo. Como já temos provado, principalmente ao nível dos Governos municipais, podemos contribuir com conhecimento, método, capacidade organizativa para implementar políticas e projetos concretos que tenham

o bem público no centro. Temos agilidade suficiente para chegar nas pontas, lá onde mais se necessitam de recursos e serviços públicos. Mesmo pequenas, nossas antenas têm grande sensibilidade e capacidade de captação de demandas, anseios e aspirações de grupos excluídos e dos humores dos mais diferentes grupos da cidadania, porque voltadas quase

Não foi a crise que nos fez pensar nos recursos do Estado. A crise só nos obriga a acelerar a busca de uma solução.

inteiramente para eles. A parceria que o Governo quer é nestes campos? Até aqui, o Governo FHC não vem dando prioridade a estes campos, pois comprometido com uma única política, a política econômica de estabilização, com corte drástico de recursos para as políticas sociais. Por isso, não podemos permitir que eventuais parcerias que venhamos a estabelecer justifiquem a falta de prioridade do Governo para a chamada questão social.

Aqui, gostaria de lembrar a importância de não tomarmos o Estado como um bloco monolítico. Como condensação de forças e interesses em disputa, existem nele muitas contradições. Provavelmente a brecha que se abre com as atuais negociações pode significar uma abertura para influirmos na formulação de certas políticas, mais do que dar continuidade a nossos projetos específicos. Num certo sentido, precisamos apostar na nossa capacidade e na possibilidade de intervir nas políticas de enfrentamento da exclusão social que, queiram os economistas do Governo ou não, mais dia menos dia vai explodir, obrigando o Governo a priorizá-la de fato.

Mas foi a própria crise financeira que nos aproximou mais diretamente do Governo FHC. Aqui estamos falando de acesso a fundos públicos, no imediato. Precisamos desses fundos e, de novo, por eles lutamos. Não foi a crise que nos fez pensar nos recursos do Estado. A crise só nos obriga a acelerar a busca de uma solução. O imediato, porém, não nos deve impedir de ir criando as bases do amanhã. Nesse sentido, ir fixando critérios gerais, transparentes, que valham para todos, que

rompam com a tradição clientelista e privatizante no acesso a fundos públicos, me parece uma estratégia fundamental. Não podemos aceitar o critério do salve-se quem puder, bem ao gosto das relações de concorrência mercantil. Se cada um deve negociar seus projetos, dadas as especificidades, que o faça dentro de uma base comum, esta que estamos negociando e discutindo. Sem dúvida, uns vão abrir a porta antes dos outros, inclusive porque os próprios gestores governamentais e nós menos ainda não sabemos como fazer, como enfrentar o cipoal burocrático existente. O objetivo do *matching grant* no financiamento estatal para nós, como critério que reconhece o esforço de captação que já realizamos, aqui e no exterior, deve ser claramente perseguido.

Em tudo isso, é fundamental que tenhamos presente o fato de que nosso principal e grande patrimônio é ético. A ética deve ser a nossa grande guia para todas as relações que estabelecamos. Que ela nos oriente e nos diga até onde ir nas negociações que agora entabulamos como o Governo FHC. ■

Cândido Grzybowski é sociólogo e diretor executivo do IBASE.

Para a Diretoria da ABONG

FÓRUM PAULISTA DAS ONGS

O Fórum Paulista das ONGs, reunido em 6 de julho de 1995, tomou conhecimento, através do *Fax ABONG*, do resultado das últimas reuniões de 26 de junho de 1995 com os ministérios do Trabalho e Educação. O conteúdo exposto no *Fax* nos deu a impressão de que, particularmente em relação ao MEC, as negociações foram além daquilo que se esperava daquela reunião, ou seja, já abrindo a possibilidade de apresentação de projetos ao Governo Federal.

Nossa preocupação é de que esse ritmo acelerado atropela um necessário processo de discussão coletiva entre as entidades filiadas à ABONG. Sabemos que entre essas entidades há níveis muito diferenciados de informações, de acúmulos de discussão sobre relação com

fundos públicos, e até mesmo posicionamentos diferentes sobre como devem se estabelecer essas relações com o Governo Federal.

Sabemos que a equação dos "tempos" (do Governo e nosso) é difícil de ser resolvida. No entanto, acreditamos que é importante consolidarmos uma visão mais coletiva no interior da ABONG (de sua Executiva, Conselho e filiadas) para que nossa interlocução com o Governo seja feita com o amplo respaldo de nossas entidades e que o processo possível de apresentação de projetos seja feito a partir das conclusões coletivas do nosso debate.

Deste modo, o Fórum Paulista das ONGs sugere à Diretoria que se agilize ao máximo o debate no interior da ABONG, e, na próxima reunião do Conselho,

amarrem-se um conjunto de definições sobre os critérios para a relação das ONGs com fundos públicos. Assim sendo, propomos que até lá se oriente as entidades filiadas para evitarem apresentar projetos de forma isolada.

Reiterando nossa confiança na condução que vem sendo dada a esse processo, subscrevemo-nos,

Braz A. Menezes - Instituto de Formação Nativo da Natividade / Maria Ildete Leal Falcirole - CEDAP / Jane Casella - Instituto Polis / Leonardo Pessina - CAAP / Miriam Nobre - SOF / Nalu Faria Silva - SOF / Pedro Pontual - Ação Educativa / José Luiz Brandt de Carvalho - GTPOS / Flavio Jorge R. Silva - FASE / Marta Lara - Rede Mulher de Educação / Valter Correia da Silva - INCA - Instituto Cajamar. ■

Diálogo com o Governo: "precavidos" e "entusiastas".

VANDEVALDO NOGUEIRA, CRISTIANO DONATO E SONIA WRIGHT

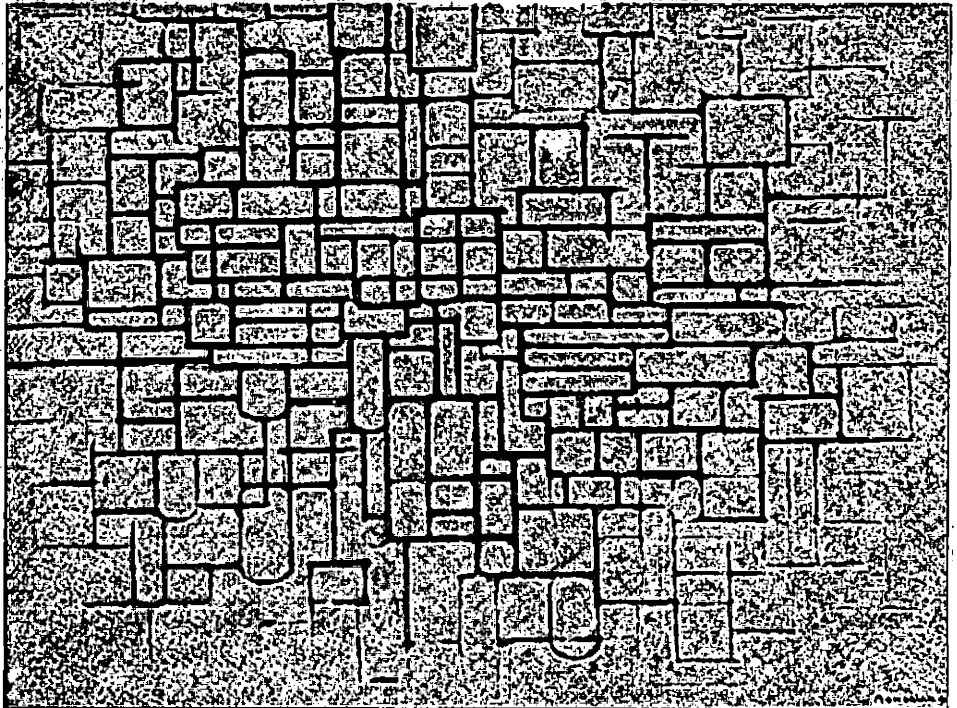
Algumas dúvidas, somadas a desconfianças e muitas críticas. Estas são as principais reações da maioria das ONGs pernambucanas, associadas a ABONG, diante da iniciativa de diálogo do Governo Federal sobre fundos públicos. Numa representação simbólica, acreditam que as entidades estão "com um pé no precipício e o outro no abismo". Para algumas delas, "não tentar o diálogo seria burrice. Mas, não pensar sobre seu significado político, é estupidez".

TERCEIRIZAÇÃO

A maior parte das intervenções, na última reunião mensal da ABONG-PE, recaiu sobre a intenção de terceirização dos serviços públicos, por parte do Estado. Os mais precavidos, pedem cautela e alertam para o perigo de reprodução, com as ONGs, do que se passou com os sindicatos rurais. "Esvaziamento, dependência e desmobilização das entidades" foi o que se verificou com a transferência dos serviços no campo. Em resumo, "Estado terceirizado e ONGs estatizadas"? Muitos não crêem na possibilidade de parceria. Para eles, isso não passaria de "ilusão", já que "quem manipula os recursos é quem dá as cartas". Opinião distinta tem os "entusiastas" de FHC que crêem, piamente, que "agora estamos no Poder e temos que atender ao apelo do presidente" desenvolvendo parcerias com a União. A prova do compromisso do novo Governo estaria no fato do presidente ter integrado uma ONG, o CEBRAP.

AUTOCRÍTICA

Algumas ONGs defenderam uma autocrítica e revisão de conceitos e posturas internas nas entidades. "É cômodo defender a mudança do Estado; mas precisamos modificar também a visão utilitarista das ONGs". Para elas, a rigor, as ONGs tem caráter privado, seus fins são particulares e seus interesses não estão regulados por ninguém. "Por mais nobres, que sejam, a ação das ONGs são privadas. A prova disso é a tremenda dificuldade de articulação que enfrentam entre si mesmas". Por isso, neste raciocínio, "é preciso ser mais criterioso na utilização de



PIET MONDRIAN

fundos (nacionais ou internacionais) que são, acima de tudo, públicos". Para elas, a maior dificuldade das ONGs é com o uso de fundos. A prova: "costumamos só pedir dinheiro para o técnico da entidade e, muitas vezes, não sabemos precisar quantos usuários-finais são beneficiados com esta verba".

SUSTENTABILIDADE

A própria situação emergencial, que provocou a iniciativa do governo de diálogo com a ABONG foi questionada. Muitos se perguntam, "se não houvesse crise", em que patamares estariam estas negociações. Vale lembrar a existência do grupo ABONG/Itamaraty. Foi levantado que nos países do Norte, "mudam os governos, mas mantém-se os repasses dos recursos públicos às agências de cooperação, através de mecanismos estabelecidos em lei". Teríamos, no governo FHC e respectivos aliados no Congresso apoio para criarmos um mecanismo dessa natureza?

CRÍTICAS

O alvo predileto das críticas foi o Comunidade Solidária. É quase

unanimidade que a ABONG não deva participar do programa, encarado pela maioria como uma estratégia de cooptação e/ou disfarce do vácuo do novo governo em políticas sociais. Os "precavidos" acreditam que é necessário diferenciar a parceria do diálogo. "O Governo é um todo, mas só se sentam para dialogar dois ministérios", exemplificam. Além disso, alertam que os projetos das ONGs devem ser, segundo o Governo, enviadas ao Comunidade Solidária (Secretaria Executiva ou Conselho, que é apenas consultivo?).

Várias ONGs já utilizam os canais existentes para apresentação de projetos a alguns ministérios. A ABONG não deve ter o papel de "padrinho" de suas associadas; nem deve aceitar que o diálogo com o Governo se restrinja ao Programa Comunidade Solidária. Não se quer privilégio. Os fundos públicos devem ter transparência e seu acesso democratizado. ■

Vandeváldo Nogueira é diretor da ABONG, Cristiano Donato é assessor de comunicação de CCLF e Sonia Wright é da Coordenação da ABONG-PE.